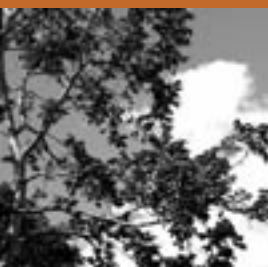


# *Ágere*

Cooperação em Advocacy

formação -mobilização social -cursos a distância -oficinas -legislativo -executivo -políticas públicas -deba



ltura -infância -juventude -direitos humanos -marco legal do terceiro setor -combate ao racismo -educaç

*Relatório 2005*

Apresentação	2
Equipe em 2005	2
Carta da diretoria	3
Assessoria em Advocacy	4
Definição	4
Marco Legal do Terceiro Setor	5
Juventudes e Ação Política	7
Direitos da Criança e do Adolescente	9
Direitos dos Pequenos Lojistas	11
Comunicação e Cultura	11
Participação em espaços políticos	12
Cursos a distância	14
Cursos presenciais	16
Prestação de contas	17

## **Expediente**

### **Textos, diagramação e fotos:**

Elisabeth Medeiros

### **Apoio e revisão:**

Ângela Ansilheiro

Cléia Medeiros

Elaine Pessanha

Gustavo Amora

Iradj Roberto Eghrari

João Francisco Araújo

Kauara Ferreira

### **Edição:**

Iradj Eghrari

## Atuação e capacitação em advocacy para o bem-estar social

Fundada em 15 de setembro de 2002, a Ágere Cooperação em Advocacy, sediada em Brasília, auxilia outras organizações da sociedade civil a definirem, implementarem e monitorarem políticas públicas.

A Ágere atua em dois eixos principais: a capacitação para a atuação em ações sociais, por meio de cursos presenciais e a distância; e a assessoria em advocacy, com a articulação para a implementação de políticas públicas e para seu monitoramento, e com o acompanhamento do Legislativo para a aprovação de proposições favoráveis ao bem-estar social. Toda a atuação da Ágere tem como finalidade construir uma sociedade mais justa e equitativa, pois acreditamos na união orgânica dos indivíduos e organizações: cada um, com suas peculiaridades, auxilia no funcionamento do grande e complexo organismo chamado sociedade.

A cada ano ampliamos e fortalecemos nossa atuação. Portanto, mostramos com muito orgulho, neste relatório, nossos esforços e conquistas ao longo de 2005. O relatório é também um instrumento que fortalece os laços com quem já nos conhece –acompanhando mais de perto nosso trabalho –e que possibilita a criação de ligações com quem deseje aproximar-se de nós.

### Equipe em 2005

Acreditamos que uma equipe é como o corpo humano: cada parte tem uma função essencial para o pleno desenvolvimento do todo. Dedicamos nossas realizações em 2005 a quem as tornou possíveis: todos os que fizeram parte da Ágere.

#### Fundadores

Guitty Milani  
Iradj Roberto Eghrari  
Orisson Silva  
Robert Walker

#### Gerência executiva

Iradj Roberto Eghrari

#### Gerência administrativa

Elaine Pessanha

#### Coordenação de cursos

Cléia Medeiros

#### Assessoria em advocacy

Ângela Ansilheiro  
João Francisco Araújo  
Kauara Ferreira

#### Colaboradores

Ana Carolina Silva e Souza  
Elisabeth Medeiros de Oliveira  
Giuliana Silva Franco  
Iara Godinho Caldas  
Juliana Alves Lopes  
Júlio Cesar Andrade  
Luciana Carneiro de Abreu  
Orlene Alves Barros  
Patrícia Reis Paiva  
Wandete Medeiros de Souza

## De mãos dadas por uma maior equidade social

A Ágere é fruto de um sonho: cobrir um espaço existente na sociedade civil para uma atuação em advocacy de forma mais abrangente, apoiando organizações que estão fora de Brasília. Para isso, nossa organização atua em dois braços distintos e complementares: a prática do advocacy no âmbito do legislativo e executivo federais e a capacitação, por meio de cursos presenciais e a distância. Passados três anos de sua fundação, a Ágere prova que nosso sonho tem fundamento e tornou-se realidade: conseguimos firmar diversas parcerias, realizar projetos e fortalecer o advocacy enquanto ação imprescindível para o aumento do bem-estar social.

É importante ressaltar que o crescimento não é resultado exclusivo de ações internas, mas também da co-participação da Ágere em diversas redes. Acreditamos que é importante unir esforços em prol de ideais comuns para que possamos alcançá-los. Por isso, ao longo de sua ainda curta história, a Ágere apóia várias redes, contribuindo com as percepções e visões sobre advocacy que ela tem acumulado.

Fruto da atuação séria e compromissada que realizamos em 2005, já temos confirmada a continuação de todas as nossas parcerias de cooperação em advocacy e já foram firmados para 2006 dois novos projetos de cursos à distância: *Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*, em convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR); e *Jovens, Saúde e Advocacy*, financiado pelo Ministério da Saúde.

Este relatório é, portanto, uma oportunidade de conferir nossa atuação e sua importância para a construção sólida de uma sociedade mais justa.

**Iradj Roberto Eghrari**  
Gerente-executivo



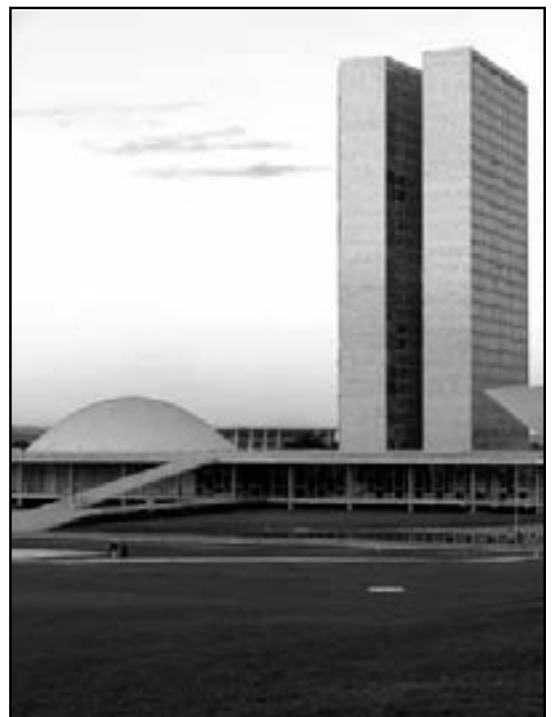
## Assessoria em advocacy: atuar junto ao poder público por uma sociedade mais justa

Advocacy é um conjunto de ações, junto ao governo e à sociedade como um todo, que visam influenciar a formulação e execução de políticas públicas. Dentre as ações de assessoria em advocacy, estão a de acompanhar proposições no legislativo, buscando influenciar positivamente as tramitações de projetos de lei; esclarecer e sensibilizar os parlamentares sobre a importância ou os problemas inerentes a determinadas proposições; organizar seminários, audiências públicas, oficinas e manifestações, mobilizando a sociedade e levantando o debate em temas de relevância social; influenciar gestores públicos a investirem em políticas voltadas a questões sociais; participar de redes de articulação da sociedade civil.

A Ágere Cooperação em Advocacy defende ações que garantam os direitos humanos e que confirmem dignidade e bem-estar a todos os indivíduos. Por isso, a organização atua em diversas áreas, como infância, juventude, terceiro setor, educação, cultura, proteção ambiental, combate à pobreza e à discriminação racial, e fiscalização do orçamento público.

A Ágere participou em 2005, na área de assessoria em advocacy, de cinco projetos em parceria com outras instituições: Marco Legal para o Terceiro Setor e Políticas Públicas; Juventudes e Ação Política; Direitos da Criança e do Adolescente; Comunicação e Cultura; e Direitos dos Pequenos Lojistas.

*Assessoria em advocacy*



# Marco Legal do Terceiro Setor e Políticas Públicas

## Introdução

Em setembro de 2005, a Ágere firmou parceria com o Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) para a implementação de um novo eixo do Projeto Marco Legal do Terceiro Setor e Políticas Públicas (MLPP): a atuação incisiva no legislativo e executivo. De iniciativa do Gife, o Projeto Marco Legal do Terceiro Setor e Políticas Públicas visa a criação de uma legislação clara e estável para esse segmento. Nos primeiros dois anos, o projeto trabalhou com a disseminação de informações e produção de conhecimento sobre o tema. Em 2005, seguiu uma nova etapa com a parceria realizada com a Ágere.

Além do foco principal – uma legislação para o terceiro setor – o Projeto desempenha atividades relacionadas a proposições e políticas públicas relevantes ao bem-estar social e à preservação do meio ambiente. Dentre os principais eixos de atuação, estão: terceiro setor, meio ambiente, educação e cultura.

### A Ágere atuou em 2005 nos seguintes âmbitos dentro do MLPP:

- **Congresso Nacional:** acompanhar e analisar proposições, sensibilizar parlamentares e realizar eventos que ressaltem e debatam as questões pertinentes ao Projeto;
- **Executivo:** acompanhar as ações dos ministérios e presidência da República e procurar intervir positivamente a favor da implementação de políticas públicas.
- **Organizações:** informar os organismos do terceiro setor sobre os acontecimentos relevantes por meio de um boletim eletrônico quinzenal.

## Ágere em 2005 no MLPP

### Mapeamento das proposições legislativas relacionadas ao terceiro setor

O primeiro passo para direcionar a atuação no Congresso Nacional foi mapear as proposições legislativas relativas aos eixos de ação do Projeto (terceiro setor, cultura, educação e meio ambiente) e classificá-las em três níveis de prioridade. Um banco de dados foi feito, contendo as principais informações de cada proposição selecionada (número, ano, autor, partido, Estado, ementa, descrição, área, impacto, tramitação e situação atual). Desse mapeamento preliminar, foram escolhidas 48 proposições na Câmara dos Deputados e 17 no Senado.

# Marco Legal do Terceiro Setor e Políticas Públicas

## Estruturação do Boletim Marco Legal

O *Boletim Marco Legal – O Terceiro Setor no Congresso Nacional* foi elaborado para compartilhar com os parceiros e demais organizações interessadas a pauta e o que ocorreu no âmbito do legislativo e do executivo. O produto é quinzenal e desde dezembro de 2005 é divulgado no site [www.gife.org.br](http://www.gife.org.br). O boletim conta com quatro seções:

- **Pauta:** acompanha a agenda do executivo e legislativo de cada quinzena, nos temas de interesse do MLPP;
- **Encaminhamentos da quinzena anterior:** relata as proposições que tramitaram no período e demais eventos e decisões ocorridos no legislativo e executivo;
- **Novas proposições:** são indicadas as novas proposições relevantes ao MLPP apresentadas no Congresso Nacional, a fim de atualizar o banco de dados do Projeto;
- **Análise de proposição:** apresenta análise detalhada das principais proposições legislativas no âmbito do MLPP.

## Exemplo de atuação no Legislativo

A Ágere acompanhou diversas proposições no âmbito do Projeto MLPP. Dentre elas, a proposta de emenda à Constituição que cria o Fundeb (veja mais na página 12) e os projetos de lei que incentivam doações feitas a fundos voltados para o meio ambiente (PL 5.162/05 e PL 5.974/05).

Um exemplo de atuação do MLPP no Legislativo em 2005 foi em relação ao projeto de lei do Senado (PLS) 287/05. O PLS prevê que a utilização de benefícios fiscais concedidos pela Lei Roaunet (Lei nº 8.313/91) por parte do doador ou patrocinador deve estar condicionada à destinação de um valor adicional, equivalente a pelo menos 20% do montante investido, a projetos culturais de outras instituições.

Após a análise do PLS no âmbito jurisdicional e prático, o MLPP entendeu ser necessário maior debate sobre a proposição. Nesse sentido, a Ágere articulou uma reunião com a autora do projeto, Patrícia Saboya (PSB/CE), o relator da matéria na Comissão de Educação, senador Roberto Saturnino (PT/RJ) e representantes do MLPP. No encontro, os representantes do MLPP ressaltaram a importância de debate para aprimorar o texto.

A Ágere conseguiu, então, a aprovação de requerimento para realização de audiência pública. A audiência deve ocorrer em 2006, com data a ser marcada.

# Juventudes e Ação Política



## Introdução

O Projeto Juventudes e Ação Política (JAP), iniciado em julho de 2005, é financiado pela Fundação Avina e conta com o trabalho conjunto da Ágere Cooperação em Advocacy, Instituto Aliança, Cipó e Rede Sou de Atitude. Ele tem como objetivo contribuir para a discussão, formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas de, com e para as juventudes –em especial a rural e a urbana de baixa renda–trabalhando junto das seguintes áreas:

- **Poder público:** o JAP acompanha e contribui com as discussões e proposições referentes às políticas públicas para a juventude;
- **Organizações privadas:** o Projeto estimula as organizações a investirem ou apoiarem projetos de, com e para jovens relacionados a engajamento em políticas públicas;
- **Atuação dos jovens:** O JAP apóia a participação de jovens e organizações juvenis nas diferentes instâncias de discussão sobre políticas públicas;
- **Sociedade em geral e mídia:** o JAP propõe a ampliação do debate através dos meios de comunicação, para que o tema *juventude* entre na agenda institucional e social.



# Juventudes e Ação Política

## A Ágere no JAP

A Ágere tem seu foco de atuação junto ao poder público, nos seguintes eixos:

- Apoiar, influenciar e monitorar o poder Legislativo Federal, tanto na discussão e elaboração dos projetos de lei quanto na destinação das verbas públicas para as questões da juventude;
- Participar de audiências públicas e conferências nacionais ligadas a questões da juventude;
- Propor e/ou integrar grupos temáticos no âmbito do poder executivo focados na questão da juventude;
- Apresentar propostas e encaminhamentos para aperfeiçoamento e implementação de políticas públicas e do Plano Nacional de Juventude;
- Integrar-se às diferentes ações políticas e programáticas da Secretaria Nacional de Juventude;
- Acompanhar e participar das ações promovidas pelos organismos internacionais engajados no apoio ao desenvolvimento de políticas públicas de juventude.

## Atuação da Ágere em 2005

- Mapeamento das políticas de juventude no Legislativo e Executivo Federal
- Articulação para apresentação de pronunciamentos em Plenário da Câmara dos Deputados. Dois pronunciamentos relativos aos direitos da juventude foram proferidos no Plenário dessa casa, por intermédio do projeto JAP.
- Apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2006.
- Acompanhamento das reuniões, tramitações de proposições e audiências públicas realizadas no Congresso relativas ao tema da juventude.
- Reunião com a Secretaria Nacional de Juventude para estabelecer canais de comunicação e influência nas políticas e programas.



# Direitos da Criança e do Adolescente

## Introdução

A Ágere e a Fundação Abrinq firmaram convênio em maio de 2005, para atuar no legislativo e executivo federal a favor dos direitos das crianças e adolescentes. As ações em advocacy de responsabilidade da Ágere passam pelos seguintes eixos:

- Acompanhar proposições legislativas, com ênfase em direito à educação; direito à proteção especial; e direito à proteção integral;
- Coordenar e executar as atividades do Comitê de Ação Política da Rede de Monitoramento Amiga da Criança;
- Fortalecer laços com organizações governamentais ou não governamentais que atuem em defesa das crianças e adolescentes;
- Acompanhar a votação das leis orçamentárias, garantindo os investimentos para a área;
- Monitorar o Plano Presidente Amigo da Criança e outras ações no executivo referentes ao tema.

## Atuação em 2005

### Plano Presidente Amigo da Criança

O Plano Presidente Amigo da Criança, aprovado em dezembro de 2003, é um compromisso do Presidente da República em investir em ações para a defesa e desenvolvimento das crianças. O Plano possui um orçamento de aproximadamente R\$56 bilhões e cerca de 200 ações em prol da população infanto-juvenil. No primeiro relatório semestral, referente aos meses de janeiro a junho de 2004, o governo havia investido menos do que o esperado na área: apenas R\$8 milhões dos R\$13,5 milhões previstos pelo Plano. Por isso, diversas organizações, inclusive a Ágere, uniram-se para monitorar o governo, garantindo que toda a verba seja utilizada.

Apesar das diversas reuniões para pressionar a entrega do relatório de 2004, o governo fechou o ano sem a apresentação do documento.

# Direitos da Criança e do Adolescente

## Fundeb

A Ágere acompanhou toda a tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e atuou incisivamente para sua aprovação. Dentre as ações que realizou, estão:

- Firmou parceria ou apoio com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Fórum Nacional em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Movimento Fundeb Pra Valer!
- Participou da organização das manifestações do Fundeb Pra Valer! (veja mais na página 12)
- Reuniu-se com parlamentares para articular a aprovação do Fundo e de emendas, como a inserção das creches como beneficiárias do Fundeb.

A PEC do Fundeb foi aprovada na Câmara dos Deputados, com as emendas que a Ágere e demais organizações lutaram para que fossem inseridas.

## Proposições legislativas

Ao longo de 2005, a Ágere acompanhou diversas proposições legislativas em tramitação no Congresso, articulando com parlamentares para a aprovação dos projetos que beneficiem as crianças e adolescentes e para a rejeição daqueles que os prejudiquem. Dentre as matérias acompanhadas, estão:

- Educação: PL-4.627/04 - Dispõe sobre o Programa de Alimentação Escolar da Rede Pública Federal de Ensino.
- Proteção Especial/Adoção: PL 1.756/03 - Dispõe sobre a Lei Nacional da Adoção.
- Arrecadação Tributária: PL 1.300/99 - Estabelece critérios para que o contribuinte possa deduzir do Imposto de Renda as doações feitas aos Fundos Nacional, Estaduais ou Municipais para a Criança e o Adolescente.
- Crianças Desaparecidas: PL 5.001/05 - Institui o Programa Nacional de Atenção às Famílias de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.
- Alterações ao ECA: PL 1.871/03 - Obriga as unidades executoras de medidas socioeducativas a desenvolver projetos de atividades profissionalizantes; estabelecendo que o lucro obtido com a venda dos produtos será dividido entre o adolescente, a família e as despesas de custeio.

# Direitos dos Pequenos Lojistas

## Apresentação

O convênio firmado entre a Ágere e o Sindilojas-RJ desde julho de 2004 prevê o acompanhamento de dois projetos de lei da Câmara dos Deputados relacionados ao contrato de locação de lojas em *shopping centers*. O PL 7.137/02 estabelece normas para relação contratual locatícia em *shopping centers*; e o PL 3.186/04 autoriza o locatário de unidades comerciais em *shopping centers* a participar das assembleias gerais e da elaboração da convenção do condomínio.

## Atuação da Ágere em 2005

### Audiência pública

A Ágere articulou para que fosse requerida audiência pública para debater o PL 7.137/02. O requerimento foi aprovado e a audiência ocorreu no dia 19/10/05.

### Inclusão de emendas favoráveis

A Ágere articulou para que duas emendas ao PL 7.137/05 favoráveis aos locatários fossem apresentadas. As duas emendas foram aprovadas no relatório final da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC).

### Acompanhamento da tramitação

A Ágere acompanhou ao longo de todo o ano o andamento dos dois projetos de lei.

## Comunicação e Cultura

A Ágere, em parceria com a Ong Comunicação e Cultura, assessorou essa organização no âmbito do governo federal. Em 2005 ocorreram reuniões com a Secretaria Nacional de Juventude e Ministério da Educação. Em sua localização estratégica na capital federal, a Ágere tratou de toda a parte relacionada a contatos com governo e gestores para a viabilização dos projetos da Comunicação e Cultura.

A Comunicação e Cultura desenvolve projetos na área de educomunicação, intermediando a instalação dos projetos que têm por premissa a criação de jornais pelos alunos, professores e a comunidade local das redes públicas de ensino, funcionando assim como uma ferramenta pedagógica e auxiliar no ensino, aprendizado e desenvolvimento escolar.

# Participação em espaços políticos

## Integração a novas redes

Em 2005, a Ágere integrou-se a quatro redes de articulação, a fim de reunir esforços em prol de interesses comuns.

**Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FN-PETI):** espaço de articulação, sensibilização e mobilização dos agentes sociais institucionais envolvidos com políticas e programas de enfrentamento ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador. Dentre os membros integrantes, estão entidades do governo federal, centrais sindicais, confederações patronais e organizações da sociedade civil. A Ágere é parte integrante do Fórum desde março de 2005.

**Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNDCA):** reúne há mais de 20 anos entidades não-governamentais para propor, articular e monitorar políticas públicas que efetivem os direitos das crianças e adolescentes.

**Campanha Nacional pelo Direito à Educação:** rede formada por várias entidades da sociedade civil que visa efetivar os direitos educacionais, mobilizando a população e as autoridades para que o governo ofereça a todos os brasileiros uma educação pública de qualidade. A Ágere apóia e assessora a Campanha desde o segundo semestre de 2005.

Em 2005, a Campanha lutou pela aprovação do Fundeb, com o *Movimento Fundeb Pra Valer!*. A Ágere participou dessa iniciativa.

### **Fundeb Pra Valer!**

O *Movimento Fundeb Pra Valer!* é a união de esforços de diversas organizações (Ágere, Ação Educativa, Undime, CNTE, AMB, CEDECA/CE, Fundação Abrinq, MIEIB, entre outras) interessadas na aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Juntas, essas organizações realizam manifestações para acelerar a aprovação do Fundo.

No dia 31/08/05, o Movimento organizou a “Carrinhata”, em que mães da periferia do Distrito Federal levaram seus bebês para o Congresso Nacional para pedir a inclusão do financiamento de creches no texto do Fundeb. Ao longo da manifestação, que reuniu parlamentares e várias entidades da sociedade, as mulheres apresentaram o lema “Direito à educação começa no berço e é para toda a vida”.

A Ágere participou da organização da manifestação e das audiên-

# Participação em espaços políticos

cias com os deputados, a fim de sensibilizá-los para a causa. O resultado da ação foi a inclusão da emenda que contempla as creches.

Além da organização de manifestações, o *Movimento Fundeb Pra Valer!* acompanhou ao longo de 2005 a tramitação da PEC na Câmara dos Deputados.

**Chamada Global para Ação contra a Pobreza** (GCAP - do inglês Global Call for Action Against Poverty): rede de articulação internacional, criada no Fórum Social Mundial em Porto Alegre. A rede tem como objetivo executar ações que mobilizem a sociedade e chamem a atenção de governantes e cidadãos quanto à questão da pobreza. Tem-se assim uma forte articulação para a organização de manifestações paralelas às grandes reuniões internacionais, como as do G8, OMC e ONU, questionando, dentre outros temas, o processo de globalização tal como ele tem ocorrido, ou seja, de tal forma que aumenta a desigualdade entre os países e as classes sociais. A Ágere participa da GCAP desde o segundo semestre de 2005.

## Carroçato

A GCAP convocou organizações de todo o mundo para realizarem manifestações que chamassem a atenção sobre a questão da pobreza durante o período da reunião da OMC, em Hong Kong, entre os dias 13 e 18/12/05.

A Ágere, em parceria com o Inesc, realizou o *Carroçato* na Esplanada dos Ministérios, no dia 13/12, convidando uma das parcelas mais pobres da população: os catadores de lixo. Munidos de carroças, cartazes e um caminhão de som, os manifestantes circularam a Esplanada, alertando a população e criticando os governantes sobre a imensa desigualdade social presente no Brasil.

Ao final da manifestação, um laço branco, símbolo da GCAP, rodeou o Ministério da Fazenda.



## Capacitação a distância: facilidade na disseminação do conhecimento

Os cursos a distância são uma forma rápida e eficiente de levar o conhecimento para os mais diversos locais. É interessante tanto para os alunos, que não têm de mudar sua rotina ou deslocar-se para participar das aulas, quanto para os organizadores, que reduzem os custos. Os cursos oferecidos pela Ágere em 2005 foram gratuitos, financiados por instituições, públicas, privadas ou do terceiro setor.

Usar a Internet para a realização dos cursos é uma iniciativa inovadora e eficaz. O interesse do público pelos cursos a distância da Ágere pode ser verificado pelo número de inscrições (5.888 pessoas para 1.300 vagas no curso de Gestores em Direitos Humanos e mais de 23.000 pessoas para 5.000 vagas do curso Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana) e pela procura constante por uma segunda edição, quando o curso já está em andamento.



# Cursos realizados em 2005

## Capacitação de Gestores em Direitos Humanos

Realizado no período de 2004/2005, o curso foi financiado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR). O enfoque do curso foi empoderar as ações dos participantes na área de direitos humanos fundamentais, abrangendo a esfera de políticas públicas, uma vez que os alunos desenvolveram ao final do curso um projeto prático na área de políticas públicas e direitos humanos. Cerca de 5.588 pessoas se inscreveram, mas apenas 1.300 puderam iniciar o curso após a seleção, devido ao número restrito de vagas.

Para mais informações vide site: [www.gestordh.org.br](http://www.gestordh.org.br).

## Curso Formação em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

O curso foi realizado em 2005 e financiado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC). Seu objetivo foi de capacitar 5.000 professores de ensino fundamental e médio para a implementação da lei 10.639/03. O curso representa um fator de impacto para um futuro da igualdade racial no Brasil.

Para mais informações vide site: [www.ensinoafrobrasil.org.br](http://www.ensinoafrobrasil.org.br).

## Informações adicionais

	Curso para Capacitação de Gestores em Direitos Humanos	Curso Formação em História e Cultura Afro-brasileira e Africana
Nº de inscritos	5.588	23.313
Nº de vagas	1.300	5.000
Duração total (meses)	15	11
Duração do curso (meses)	8	4
Nº de microrregiões atingidas	332	443
Percentual do nº de microrregiões atingidas em todo o Brasil	59,5%	79,4%



# Cursos presenciais em 2005

### Oficina de Advocacy na Bahia

Saber mais sobre advocacy e compartilhar as diferentes experiências nesse âmbito foram os objetivos da oficina *Advocacy no Semi-árido*, realizada em Salvador, Bahia, nos dias 25 a 28/10/05. A ministrante do curso, Maria de Lourdes Alves Rodrigues, socióloga e consultora da Ágere, esclareceu a definição desse termo e mediou a exposição das ações de sucesso de diversas organizações nessa área. Participaram da oficina cerca de 30 pessoas, de 13 entidades, como o Movimento de Organização Comunitária, a Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco, e o Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente. Ao final da oficina, os participantes sentiram-se mais aptos para definirem estratégias de atuação de advocacy para suas organizações.

### Juventude e Advocacy

A oficina *Advocacy: Empodere-se!*, ocorrida no IV Fórum de Protagonismo Juvenil, no dia 26 de março de 2005, em Brasília, Distrito Federal, reuniu cerca de 30 participantes. Ministrada pelas colaboradoras da Ágere Patrícia Paiva e Orlene Barros, a oficina teve como objetivo oferecer melhor compreensão sobre a prática de advocacy, visando o empoderamento de jovens para incidirem sobre a formulação de políticas públicas dirigidas à juventude. A oficina tratou de cinco pontos fundamentais para a realização de ações de advocacy: mobilização, estratégia, ação, monitoramento e resultados.

### Projeto Asas

Para quebrar o ciclo de miséria de pequenas localidades próximas a Salvador, o Projeto Asas angaria voluntários e oferece curso gratuito de preparação para o vestibular para alunos carentes. O projeto também auxilia esses alunos a arcarem com custos para realizarem o exame, tais como inscrição e fotocópia de material para estudo.

Desde agosto de 2005, o projeto tem auxiliado jovens de baixa renda a ingressarem no Ensino Superior a partir do financiamento parcial da Ágere, apoio da Comunidade Bahá'í de Salvador e ajuda de voluntários, que ministram aulas e mantêm a estrutura do curso em perfeito funcionamento.

Como o Projeto começou no segundo semestre de 2005, apenas em 2006 os resultados concretos, tais como aprovações e permanência na faculdade, poderão ser observados.

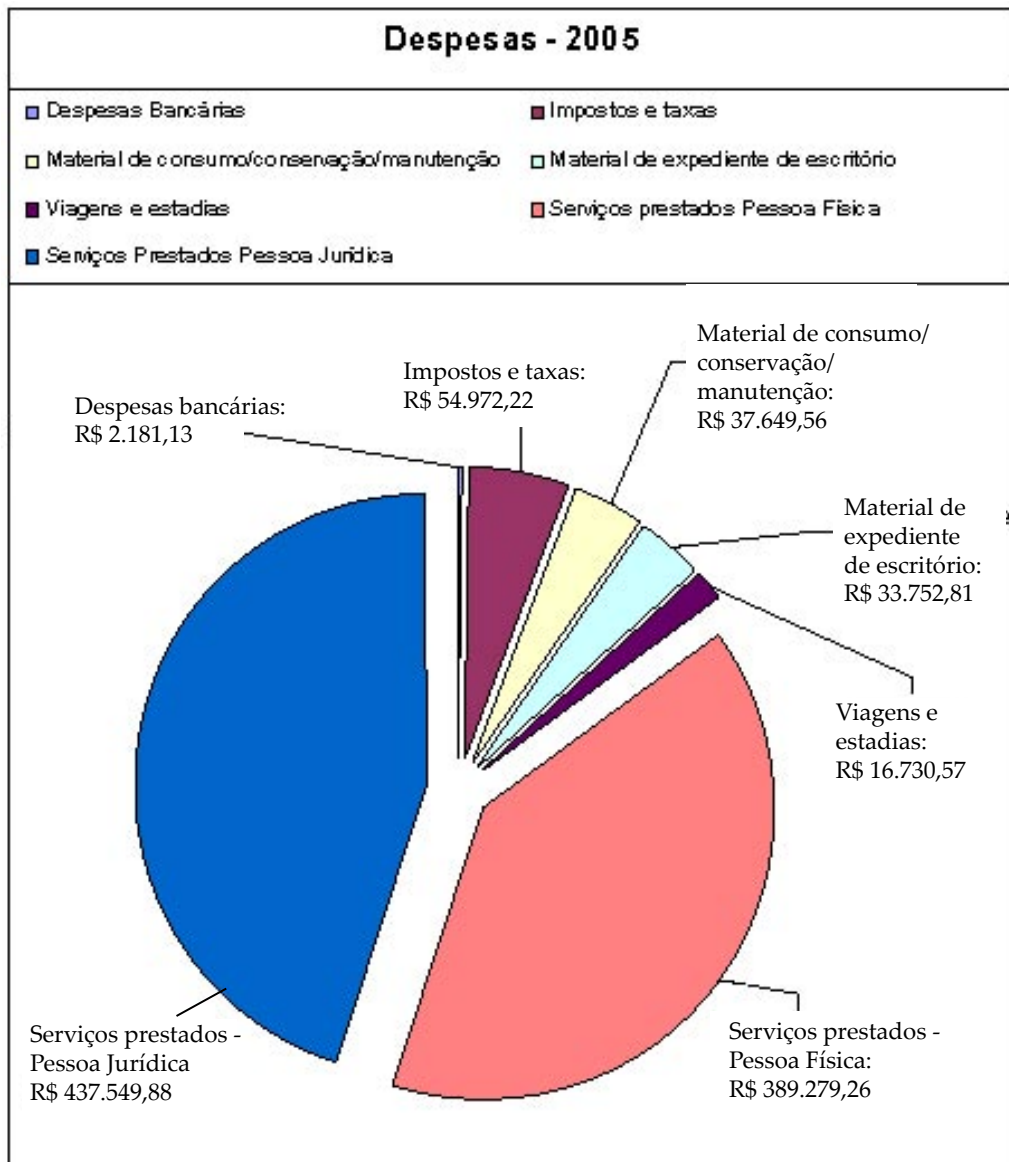
# Prestação de contas

Prestação de contas

Total de receitas	R\$ 1.244.270,50
Total de despesas	R\$ 972.160,43
Saldo para despesas de convênio para 2006	R\$ 272.110,07

## Receitas

Saldo 2004	R\$ 1.625,02
Fundação Abrinq	R\$ 83.760,00
Sindilojas/RJ	R\$ 42.880,00
Reembolsos/ Doações	R\$ 28.834,78
Comunicação e Cultura	R\$ 3.680,00
Instituto Aliança	R\$ 27.000,00
Gife	R\$ 30.000,00
Convênios de cursos a distância	R\$ 1.026.490,70





SHIS QI 11 bloco M salas 101 a 105 -Lago Sul  
Brasília/DF -Brasil  
CEP 71.625-205  
Tel: 55 61 3248-4742  
[www.agere.org.br](http://www.agere.org.br)